

ACIDENTE: Comandante nega jornada extra de piloto em queda de helicóptero de bombeiros



Por outro lado, acúmulo de funções é admitida e seria comum na corporação, o que foi criticado por deputado em audiência sobre acidente que matou os seis ocupantes em Ouro Preto.

A comandante do Batalhão de Operações Aéreas (BOA) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado negou na terça-feira (10/12/24) que tenha havido sobrecarga de trabalho do piloto envolvido em acidente que resultou na morte de seis pessoas em 11 de outubro, quando um helicóptero da corporação caiu na Serra de Ouro Preto (Região Central).

À frente do batalhão, a tenente-coronel Karla Lessa Alvarenga Lea participou na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) de audiência na Comissão de Segurança Pública, pedida pelo deputado Sargento Rodrigues (PL).

Para o deputado, presidente da comissão, a sobrecarga de trabalho do comandante do helicóptero pode ter contribuído para o acidente, uma vez que o capitão Wilker Tadeu Alves da Silva acumulava a função de piloto com a chefia do setor de manutenção de aeronaves.

Os ocupantes da aeronave eram quatro militares, um médico e um enfermeiro, acionados para uma emergência em saúde. A comandante garantiu que o piloto em questão teve sua escala de voo respeitada, dando detalhes a respeito da jornada por ele cumprida nos dias anteriores.

A tenente-coronel Karla Lessa confirmou, porém, que o piloto desempenhava outras tarefas administrativas no batalhão, inclusive como chefe de manutenção de aeronaves. Apesar de críticas contra esse acúmulo, ela disse que isso é comum, por não existir a função de piloto no batalhão.

Ainda assim, a comandante anunciou que a partir do acidente o batalhão foi autorizado a fazer mudanças para restringir a jornada de pilotos, além de ter sido adiado o planejamento de expansão das bases de Operações Aéreas do batalhão no Estado.

Para o deputado, a fala da militar, sobre a revisão de escalas e procedimentos planejados, demonstraria que haveria falhas, inclusive quanto ao baixo efetivo, gerando acúmulo de tarefas.

“Espero que as mortes ocorridas nessa dura tragédia sirvam de lição para que autoridades possam corrigir falhas, porque elas existem. Antes do acidente, o capitão inclusive havia atuado no combate a incêndios.” Sargento Rodrigues - Dep. Sargento Rodrigues

Apesar das negativas da comandante quanto a jornadas extrapoladas, Sargento Rodrigues relatou ter estado com familiares dos mortos no acidente e ainda ter recebido documento dando conta de que a sobrecarga de trabalho seria um fator grave na unidade e reivindicando que pilotos tenham um quadro exclusivo no batalhão.

O presidente da comissão anunciou a apresentação de requerimentos de providências para que haja aumento de efetivo e de investimentos do Estado no batalhão.

Mudanças em voos

Segundo a comandante do BOA, a jornada semanal para os pilotos passa a ser de 40 horas semanais, respeitada a escala de 12x36, e não de 48 horas semanais como estaria previsto na chamada Lei Federal do Aeronauta.

Outra mudança por ela anunciada foi uma melhor definição do período do dia em que a aeronave pode voar uma vez acionada após a triagem de urgência. Esse horário passa a ser das 7 às 18 horas e não mais das 6 horas até o pôr do sol.

Segundo a tenente-coronel Karla Lessa, a mudança teve como subsídio também um estudo estatístico de demanda feito junto à rede hospitalar.

Ela informou à comissão que são lotados em seu batalhão 94 militares, entre praças e oficiais, em três bases - Montes Claros (Norte), Uberaba (Triângulo Mineiro) e Varginha (Sul) -, sendo três comandantes e três copilotos.

Sobre questionamentos a respeito do baixo efetivo, ela disse que antes do acidente que motivou a audiência já havia sido autorizado um edital para seleção de 15 novos pilotos, já pensando na instalação de duas novas bases futuras, do BOA em Juiz de Fora (Zona da Mata) e Governador Valadares (Rio Doce), agora adiadas.

A publicação do edital seria feita ainda este ano, mas ficou para 2025, segundo ela também em função do recente acidente, que poderia levar a uma baixa adesão interna.

Apesar dos ajustes anunciados, a comandante do BOA detalhou que o capitão no acidente em questão havia pilotado no combate a incêndios florestais nos dias 8 e 9 de outubro, voando por cerca de cinco horas em cada um dos dias, folgando no dia 10 e voltando à escala somente no dia 11, data do acidente.

“Era um militar qualificado, com mais de 700 horas de voo, e tinha todos os requisitos para comandar uma aeronave e, sobretudo, para falar não em nome da segurança, se preciso”, defendeu ela, para quem acidentes como esses têm várias causas contributivas.

Com informação da ALMG

Foto: Divulgação